COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.056, DE 2011

Acresce o artigo 30-A a Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Autor: Deputado AGUINALDO RIBEIRO

Relatora: Deputada CIDA BORGHETTI

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe tem o objetivo de obrigar os oficiais de registro a instalarem e manterem postos de atendimento junto aos hospitais e maternidades públicos ou conveniados, para a realização do registro de nascimento e a concessão da respectiva certidão. Caso essa obrigação seja descumprida pelos oficiais titulares dos registros civis das pessoas naturais, poderá ocorrer a aplicação de sanções previstas na Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Para justificar a iniciativa, argumenta o autor que se trata de uma reapresentação da matéria, em homenagem à nobre deputada Suely Campos, autora original da proposta. Aduz que, embora a gratuidade do Registro Civil seja garantida desde 1997, ainda existem milhares de pessoas que nunca foram registradas, sendo a deficiência de registro estimada em cerca de 20%, ou 830 mil crianças que saem das maternidades sem o devido registro do nascimento.

Lembra o autor que a certidão de nascimento constitui o primeiro momento de cidadania, além de garantir direitos básicos, como educação e saúde. Entende, ainda, que sem a referida certidão, as crianças ficariam mais “vulneráveis ao trabalho infantil, por não terem como comprovar a idade, e se tornam alvos mais fáceis do tráfico de crianças e órgãos, já que não há documentos que atestem sua simples existência”.

O autor também destacou, como causas para a falta de registro, o desconhecimento sobre a gratuidade na emissão da certidão e sobre a importância do documento, além da burocracia para sua obtenção. Por outro lado, alega que já existem experiências de sucesso na inserção de postos de registro nas maternidades, como o Distrito Federal, que comprovariam que o custo seria baixo, mas com grandes benefícios para as famílias e para o Estado. Segundo o autor, a obtenção no aumento do número de crianças registradas melhoraria a vida da população de baixa renda e facilitaria o planejamento de ações governamentais, além de dificultar a adoção oficiosa, que ocorre quando alguém se declara mãe ou pai de uma criança, sem o ser.

A matéria, que tramita sob o regime ordinário, foi distribuída para a apreciação conclusiva das Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD).

No âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família, não foram apresentadas emendas ao projeto no decurso do prazo regimental.

É o Relatório

II – VOTODA RELATORA

Compete a esta Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF avaliar o mérito da matéria perante o direito à saúde e o sistema público de saúde, nos termos do art. 32, inciso XVII, c/c art. 55 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Perante esse âmbito de competência, o projeto em análise mostra-se meritório.

A questão da deficiência do registro civil do nascimento é bastante conhecida no Brasil. Muitas crianças, ao nascimento, têm o direito de registrar tal fato negado por uma série de circunstâncias muito bem resumidas pelo autor da proposta. Muitos pais desconhecem a importância da certidão de nascimento na proteção dos direitos do recém-nascido, na garantia de acesso à educação, saúde, benefícios previdenciários e assistenciais, dentre diversos outros aspectos que poderiam ser citados. Outros pais evitam fazer o registro porque imaginam que tal procedimento é muito dispendioso e poderia afetar o

orçamento doméstico, por desconhecerem que a sua primeira emissão é totalmente gratuita. Pode-se imaginar que em algumas localidades o cartório fique muito distante do domicílio e do local do nascimento, o que poderia constituir, também, mais um obstáculo para a efetivação do registro.

Enfim, todos esses problemas poderiam ser evitados caso existisse, já nos hospitais e maternidades, um posto de atendimento do cartório que realizasse o registro civil do nascimento no momento anterior à alta do recém-nascido e de sua mãe. Essa facilidade permitiria uma maior adesão da família ao procedimento em tela. Com isso, a segurança jurídica no acesso da criança a serviços básicos, como saúde e educação, além de diversos outros direitos, ficaria mais garantida.

Ante todo o exposto, VOTO pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.056, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputada CIDA BORGHETTI
Relatora